

DISCLOSURE E CPC 33: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE EVIDENCIAÇÃO EM EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO (BM&FBOVESPA)

Bárbara Cristina Ramos Sussay

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: barbarasussay@gmail.com

Bárbara Johann Borges

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: barbara_jb@hotmail.com

Fábio da Silva Rodrigues

Doutorando em Administração pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: fabiosrod@gmail.com

Deisy Cristina Corrêa Igarashi Igarashi

Doutora em Engenharia da Produção. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: deisyigarashi@gmail.com

Resumo

A concepção do termo governança corporativa no Brasil deve-se a necessidade de as empresas tornarem-se mais competitivas e transparentes no relacionamento com os stakeholders. Outro fator determinante que justificou a consolidação de tais práticas. A partir do exposto esta pesquisa tem por objetivo investigar o grau de cumprimento de evidenciações recomendadas no CPC 33 junto às empresas listadas na BM&FBOVESPA. No que se refere a técnica de pesquisa, foi realizada a análise dos relatórios dos anos de 2010 e 2013 de 15 empresas listadas no novo mercado e selecionadas aleatoriamente junto a BM&F/Bovespa, segundo a ótica qualitativa. Em relação aos resultados observou-se que: as informações sobre a contribuição definida (CD) reconhecida de 2010 para 2013 reduziram 15%, enquanto que as informações com os planos de benefício definidos (BD) de 2010 para 2013 aumentaram 27%. Em relação aos setores das empresas analisadas observou-se : em relação ao CD que o setor financeiro e outros evidenciou por 100% das empresas analisadas a informação, enquanto que as empresas do setor de Petróleo, gás e biocombustíveis não evidenciaram a informação; em relação ao BD constatou-se em 2010 nenhuma empresa do setor financeiro possuía o plano, com aumento de 100% para 2013, no setor de materiais básicos houve um aumento de 50% e no setor de consumo não cíclico e construção e transporte, observou-se aumento de 33,3%, de 2010 para 2013.

Palavras chave: Evidenciação; Benefícios a empregados; Governança corporativa.

Área n° 02: Contabilidade para Usuários Externos.

Subárea n° 2.2: Contabilidade societária.

1 INTRODUÇÃO

A temática que envolve o termo governança corporativa surge nos anos 1980, e ganhou destaque na sociedade contemporânea tanto no âmbito empresarial como no meio acadêmico. Essa ascensão da discussão do tema deve-se, em parte, pelos escândalos ocorridos no início do século XXI. O caso mais notório e que exemplifica a questão é o da *Enron Corporation*. No referido caso manipulações inescrupulosas dos balanços geraram fraudes contábeis e fiscais, que culminaram na falência do grupo, e gerou questionamentos acerca das empresas de auditoria.

Em razão destes escândalos, a Lei *Sarbanes-Oxley* foi redigida em 2002 e teve como finalidade recuperar a credibilidade do mercado de capitais, sendo uma “reação aos sucessivos e recentes escândalos contábeis que atingiram grandes corporações dos Estados Unidos”. Esta Lei transformou os princípios de uma boa governança corporativa, ao criar mecanismos que permitiram controlar os negócios, não somente para os usuários internos, mas, também, para os acionistas, e assim identificar conflitos de agências e evitar possíveis fraudes (SILVA, ROBLES JUNIOR, 2008, p. 113).

Embora a concepção do termo governança corporativa ter ganho notoriedade no contexto mundial em razão dos escândalos exemplificados. No Brasil a razão de sua incorporação como prática junto às organizações deve-se a necessidade de as empresas tornarem-se mais competitivas. Além do fator competitividade, a busca por transparência no relacionamento com os stakeholders foi outro fator determinante que justificou a consolidação de tais práticas.

Neste contexto, a evidenciação ou disclosure relativa à transparência das informações, deve ser uma prática, não apenas, para o cumprimento da obrigatoriedade legal, mas, um diferencial das organizações. Os resultados esperados após a adoção do disclosure são, entre outros: a) suporte às decisões sobre alocação de recursos dos investidores, gerando maior retorno aos acionistas e redução do custo de captação; b) melhor comunicação com os acionistas e com o mercado em geral; c) diminuição da assimetria informacional entre gestores e investidores. Um exemplo disto são as empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, as quais em geral realizam práticas de governança corporativa e

disclosure, adicionais às exigidas pela legislação brasileira (LANZANA, 2004).

Dentre tais exigências estão àquelas previstas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Órgão que procede a análise, a tradução, e adaptação; ao contexto nacional das normas internacionais da Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, 2014) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB, 2014). Neste artigo o foco de análise esta delimitado ao CPC 33, o qual trata exclusivamente dos benefícios aos empregados.

Diante do exposto, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Qual é o grau de evidenciação das informações relativas ao CPC 33 (Benefícios a empregados) das empresas listadas na BM&FBOVESPA? A partir do problema de pesquisa foi delineado o objetivo da pesquisa, a saber: Investigar o grau de cumprimento de evidenciações recomendadas no CPC 33 junto às empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Esta pesquisa se justifica por tratar-se de um estudo teórico-empírico, com foco principal na aplicação prática, ou seja, estudo do grau de cumprimento do CPC 33, pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA, em específico as vinculadas ao agrupamento ‘Novo Mercado’. Destaca-se que o CPC 33 foi emitido em 2009, e se configura como um tema pouco discutido tanto no meio acadêmico quanto no âmbito profissional.

Além da importância acadêmica descrita, a pesquisa discute o tema evidenciação ou disclosure, sobretudo no que se refere ao tratamento acerca dos interesses dos funcionários e acionistas. Cabe observar que o agrupamento ‘Novo mercado’ trata-se de um mercado diferenciado dentro do mercado de ações. Lançado em 2000 ele se estabeleceu como padrão distinto de governança corporativa em 2002, quando se tornou um padrão de transparência e governança. Na última década, o ‘Novo Mercado’ se consolidou como uma seção destinada à negociação de ações de empresas que adotam formas voluntárias de práticas de governança corporativa, ou seja, adicionais às compulsórias (BM&FBOVESPA, 2014).

Conforme informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, para uma organização ser listada neste segmento ela deve enquadrar-se em um grupo especial, o qual leva em consideração a adoção de um conjunto de práticas e regras societárias que ampliam o direito dos acionistas. Além disso, tais organizações devem privilegiar a adoção de práticas de

gestão da informação e visar a transparência e a abrangência das informações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tem como finalidade resgatar as bases teóricas que fundamentam a discussão proposta em um trabalho acadêmico, buscando retratar o ‘estado da arte’ em relação a tal tema. Nesta seção, serão abordados os temas: governança corporativa e disclosure e benefícios a empregados, com destaque ao CPC 33.

2.1 Governança corporativa e disclosure

Com o aumento da complexidade em relação à gestão das organizações, ocorrido na segunda metade do século XX, os modelos de gestão necessitaram ser adequados ao cenário: econômico, social, político, tecnológico, e ambiental. Neste contexto, emerge a Governança Corporativa, a qual em um contexto abrangente poder ser entendida como:

um sistema de relações que se estabelece numa sociedade entre administradores, acionistas, membros do conselho de administração, auditores e outros stakeholders, através do qual se procura melhorar a gestão da sociedade e aumentar o valor da empresa (VIANA, 2010, p. 24).

Em nível mundial, nos anos de 1990 a expressão ‘governança corporativa’ foi elaborada, mais precisamente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Ela surgiu da necessidade de criação de regras para reger o relacionamento interno em uma organização, no que se refere aos “interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores” (GARCIA, 2005, P. 6).

Garcia (2005) observa que no Brasil a temática ‘governança corporativa’ é recente e controversa, desde a nomenclatura até a abrangência dos interesses envolvidos. Segundo o autor, na origem, as definições de governança corporativa se pautavam em princípios contratualistas das organizações, levando em conta os interesses apenas dos sócios, o

chamado modelo shareholder. A visão institucionalista passou a ser incorporada, de cunho mais abrangente, que tem como base o modelo stakeholder, em que os interesses dos demais grupos passam a ser considerados. Distante das polêmicas, Garcia (2005) apresenta a definição consagrada no contexto nacional. Esta definição abrangente os principais objetivos, proposta pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a saber: “assegura aos sócios equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (accountability) e obediência às leis do país (compliance)”.

Segundo Borgerth (2007) a governança corporativa surgiu pela necessidade de buscar soluções para os problemas de agency, ou seja, os conflitos entre os interesses dos acionistas e os da administração da empresa. Conforme a Cartilha de Recomendações sobre Governança Corporativa elaborada pela CVM (2002), a Governança Corporativa deve ser entendida como o conjunto de práticas que protege todas as partes interessadas da empresa, sejam elas investidores, credores ou empregados. Para que os objetivos da Governança Corporativa sejam alcançados é preciso que se cumpram quatro princípios fundamentais, quadro 1.

Princípios fundamentais	Descrição
Transparência (<i>Disclosure</i>):	Assegura que as divulgações das informações sejam precisas e oportunas de todas as questões relevantes. As informações devem ser claras, tempestivas e precisas.
Equidade (<i>Fairness</i>):	A governança corporativa busca gerar proteção e igualdade para todos os, usuários das informações, incluindo: os acionistas minoritários, os fornecedores, os funcionários, dentre outros.
Prestação de contas (<i>Accountability</i>):	Todos os agentes da governança corporativa devem responder integralmente pelos atos praticados e prestar contas de sua atuação a quem os elegeu. Portanto, respondem integralmente pelos atos que praticam no exercício de seus mandatos.
Conformidade (<i>Compliance</i>):	Os conselheiros/executivos devem primar pela visão de longo prazo, zelar pela sustentabilidade da corporação. Isto se trata da visão mais ampla da estratégia empresarial, contempla todos os relacionamentos com a comunidade em que atua. Este princípio inclui a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumo) oferecidos pela própria comunidade, dentre outras vantagens.

Fonte: Adaptado de CVM (2002)

Quadro 1 - Princípios Fundamentais da Governança Corporativa

Dentre os princípios fundamentais, essenciais para que a governança corporativa seja dotada de êxito, destaca-se nesta pesquisa a transparência, evidenciação ou disclosure, sendo a última definição (disclosure) convencionada e aplicada ao se desenvolver a pesquisa. Tal princípio tem como finalidade garantir que as informações sejam precisas, exatas, adequadas,

explícitas, oportunas, disponibilizadas no tempo exato e adequado; conforme a necessidade e/ou exigência do usuário de determinada informação (YAMAMOTO, SALOTTI, 2006).

Em consequência tais informações devem ser publicadas e divulgadas. Ou seja, deve-se fazer com que tais informações alcancem os destinatários que a demandam, abrangendo desde: o público interessado, acionistas, clientes, funcionários, investidores, poder público; enfim, todo e qualquer agente que tenha algum tipo de interesse nas informações da empresa.

Para Iudícibus (2004, p. 123) a disclosure relaciona-se aos objetivos da Contabilidade na medida em que “garante informações diferenciadas para vários tipos de usuários” e gera suporte ao processo decisório. Conforme Lopes e Martins (2005) a disclosure trata-se de um “compromisso inalienável da contabilidade”, em relação aos próprios objetivos e a sua essência, a medida em que gera informações de valor aos stakeholders.

A prática da disclosure pode ocorrer tanto de forma voluntária quanto obrigatória (YAMAMOTO, SALOTTI, 2006). A primeira possui natureza proativa por parte da organização, oriunda de incentivos recebidos pela administração. Enquanto que a segunda decorre de ação reativa, com base em regulamentações que obrigam as organizações a divulgar determinada informação.

Acerca de estudos vinculados a governança corporativa observou-se que há possibilidades múltiplas. Neste sentido, foi realizada a análise de alguns estudos que tiveram por foco tal tema. Dentre tais estudos Carneiro et al (2013) buscaram relatar os graus de cumprimento das orientações de divulgação definidas no CPC 33 pelas companhias listadas na BM&F/Bovespa. Assim como, investigar se houve mais observância dessas orientações pelas empresas participantes dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Observou-se que, das 366 empresas da amostra, 153 não divulgaram nenhuma informação sobre o assunto, enquanto outras 59 disponibilizaram informações que levaram à concluir de que o normativo não lhes era aplicável. Nas demais 154 empresas, observou-se variações nos índices de disclosure.

No estudo desenvolvido por Amaral et al (2008) buscou-se descobrir se há relação estatística entre a defasagem da divulgação dos demonstrativos financeiros elemento do disclosure e o nível de governança corporativa de uma amostra de empresas. Verificou-se que

o excesso de controle dos acionistas controladores tende a causar uma maior demora na liberação dos relatórios, e que a presença, ou não, da empresa nos níveis diferenciados de governança corporativa da BOVESPA, assim como o Índice Abrangente de Qualidade da Governança Corporativa não tiveram relação com a defasagem.

Lanzana, Silveira e Famá (2006) investigaram a relação entre governança corporativa e o nível de Disclosure adotados pelas empresas de capital aberto brasileiras. Chegaram à conclusão de que quanto maior a diferença entre DIF (Diferença entre o direito de controle e o direito sobre o fluxo de caixa em posse do acionista controlador) e INDEP (Grau de interdependência do conselho de administração), maior o nível de disclosure. Dentre os resultados, observou-se que quando DIF indica baixa governança e INDEP indica boa governança, ainda assim ambos possuem efeitos semelhantes sobre a evidenciação.

Mapurunga et al (2011) buscaram verificar a existência de associação entre a divulgação de informações acerca de instrumentos financeiros derivativos e características econômicas de sociedades brasileiras de Capital Aberto. Após fazer o levantamento de 75 companhias listada no Nível Diferenciando de Governança Corporativa, em uma primeira análise verificou que nenhuma das companhias apresentou todos os itens de evidenciação requeridos. Em seguida procedeu-se à Análise de Correspondência (ANACOR) para verificar a associação entre os atributos das firmas e seu nível de evidenciação. No que tange aos resultados obtidos, verificou-se que os atributos 'Tamanho' e 'Lucro' estão, positivamente, associados à divulgação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos, não se verificando associação significativa entre os atributos 'Endividamento' e 'Rentabilidade', com a divulgação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos.

2.2 Benefícios a empregados

Os Benefícios a empregados representam as formas de remuneração concedidas por uma organização em troca dos serviços prestados pelos empregados. Com o passar do tempo, tais benefícios tornaram-se parte significativa dos custos empresariais, e assumiram diversas formas, como por exemplo: salários, encargos, plano de saúde, seguro de vida, plano de

previdência, etc (FIPECAFI, 2010).

Até o ano de 2000 no Brasil os benefícios aos empregados eram tratados apenas com foco na evidenciação em notas explicativas pelas empresas patrocinadoras (Interpretação Técnica nº 01/91 do Ibracon e Parecer de Orientação da CVM 24/92) não havendo nenhum tipo de normas a respeito da contabilização. Assim por meio de Deliberação CVM nº 371/00, foi referendado o pronunciamento do Ibracon nº 26 (NPC 26) que trata da contabilização e da evidenciação dos benefícios a empregados, alinhado com a norma internacional IAS 19 (FIPECAFI, 2010).

Emitido em 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o CPC 33 foi aprovado pela CVM e pelo CFC, com o objetivo de tratar da contabilização e divulgação dos benefícios aos empregados, em alinhamento com as normas previstas na IAS 19 (IASB), adaptado a cultura brasileira. Segundo IFRS (2012) o IAS 19 identifica e fornece orientação contábil para quatro categorias de benefícios a empregados, quadro 2:

Categorias	Descrição
Benefícios de curto prazo	São benefícios que devem ser pagos no prazo de 12 meses após o final do serviço prestado pelo empregado (não inclui benefícios de término de vínculo empregatício). Como por exemplo, salários e ordenados; auxílio doença; licenças remuneradas; refeição; combustível; abonos anuais e de férias etc.
Benefícios pós-emprego	São benefícios que são pagos aos empregados após a conclusão do emprego (não inclui benefícios de término de vínculo empregatício), podem ser benefícios formais ou informais que o empregador concede a um ou mais empregados. Os benefícios são, por exemplo, renda de aposentaria por invalidez; renda de aposentadoria por tempo de serviço ou idade; renda diferida de aposentadoria por desligamento; renda de pensão por morte do titular aposentado etc
Outros benefícios de longo prazo:	São benefícios que devem ser pagos 12 meses após o final do serviço prestado pelo empregado (não inclui benefícios de término de vínculo empregatício). Inclui nesses benefícios, licença remunerada de longo prazo; gratificação por tempo de serviço; participações nos lucros pagas após 12 meses do fim da prestação de serviço
Benefícios de desligamento:	O fator gerador da obrigação é o desligamento do empregado e não a prestação de serviço. Ocorre o reconhecimento de um passivo e a despesa correspondente quando a empresa se compromete a cessar o vínculo antes da aposentadoria ou oferecer plano de demissão voluntária.

Fonte: Adaptado de FIPECAFI (2010) e CPC 33

Quadro 2: Categorias de benefícios a empregados

3 METODOLOGIA

Quanto à pesquisa descritiva, a visão de Gil (2002) e Vergara (2007) são similares. Ambos concordam que a pesquisa descritiva apresenta características de determinada população ou um fato específico ou ainda, o estabelecimento de relações ou correlações entre variáveis e definir sua natureza. A pesquisa descritiva não tem como compromisso a explicação dos fenômenos descritos, mas funciona para descrever os fatos e fenômenos, servindo de fundamento para futuras explicações. A partir das definições apresentadas, esta pesquisa classifica-se como descritiva.

Costumeiramente em ciências sociais, quanto ao problema, às pesquisas podem ser divididas em quantitativas ou qualitativas. A pesquisa quantitativa é uma técnica que transforma as opiniões e informações disponíveis em números para poder organizá-las e analisá-las. Conta com recursos estatísticos, como: porcentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. Já a investigação qualitativa leva em consideração o mundo subjetivo e o objetivo do indivíduo, os quais não podem ser traduzidos em números, o local para arrecadar dados nesse tipo de investigação é o ambiente natural e o pesquisador é o responsável por isso (SILVA; MENEZES, 2005).

No entanto, embora apresentem diferença quanto à forma e à ênfase, métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, já que mesmo que se possa distinguir quanto ao enfoque, não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE; MAYS, p. 42, 2009). Assim, alguns tipos de pesquisa podem apresentar uma abordagem mista, ou seja, serem trabalhos “quali-quantitativo”. Neste sentido, esta pesquisa quanto à abordagem do problema enquadra-se como qualitativa.

No que se refere à coleta de dados esta pesquisa se configura como documental, por abranger consulta aos relatórios das empresas em estudo. Tais relatórios no âmbito desta se configura como documento primário, ou seja, são documentos que não foram, ainda, organizados e analisados (SANTOS, 1999, p. 30).

Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2006), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para análise das comunicações. Desta forma,

emprega procedimentos sistemáticos e objetivos para decifrar o conteúdo das mensagens. Segundo a autora, além de decifrar as mensagens, o objetivo da análise de conteúdo é manipular a mensagem a fim de conseguir evidências e indicadores. Neste sentido foi realizada a análise de conteúdo dos relatórios de 30 empresas listadas no novo mercado e selecionadas aleatoriamente junto a BM&F/Bovespa.

Após a coleta de dados, é pretensão desta pesquisa a tabulação, organização e sistematização destes elementos ainda brutos, ou seja, sem valor agregado, para transformação dos mesmos em informações valiosas para a resposta às questões de pesquisa aqui propostas. Após esta etapa mecânica de organização dos dados, será procedida a análise dos mesmos, e posterior interpretação.

Os dados devem ser armazenados em planilhas eletrônicas do Excel, conforme o encaminhamento das análises. Após a sistematização dos dados, eles foram interpretados à luz da teoria de base, ou seja, será verificado se os dados empíricos tem respaldo na literatura de base ou de alguma forma podem representar uma inovação da base científica existente. As variáveis de pesquisa e suas subvariáveis serão tomadas como referência para nortear a análise e interpretação dos dados.

Dentre as limitações da pesquisa podem-se destacar as seguintes: escassez de recursos; inacessibilidade às bases primárias e escassez de trabalhos teóricos empíricos anteriores sobre o tema. Quanto à escassez de recursos, por esta pesquisa não contar com recursos públicos para seu financiamento, existe uma natural limitação, já que muitas possibilidades de pesquisa, tais como, locomoção, deslocamentos, gastos com livros atualizados e cópias sobre o tema e demais ações que demandam recursos, são limitadas.

Outro fator limitador é a inacessibilidade às informações em bases primárias. Como as bases de pesquisa empregadas para este trabalho são apenas secundárias, em bases públicas da BM&F/Bovespa, este projeto acaba se tornando viável. No entanto, se porventura houvesse a possibilidade de acesso direto as fontes primárias de base de dados, como as demonstrações contábeis originais, além de entrevistas com os diretores e responsáveis pelos departamentos envolvidos diretamente com o CPC 33 nas referidas organizações, os resultados poderiam apresentar maior profundidade e melhores análises.

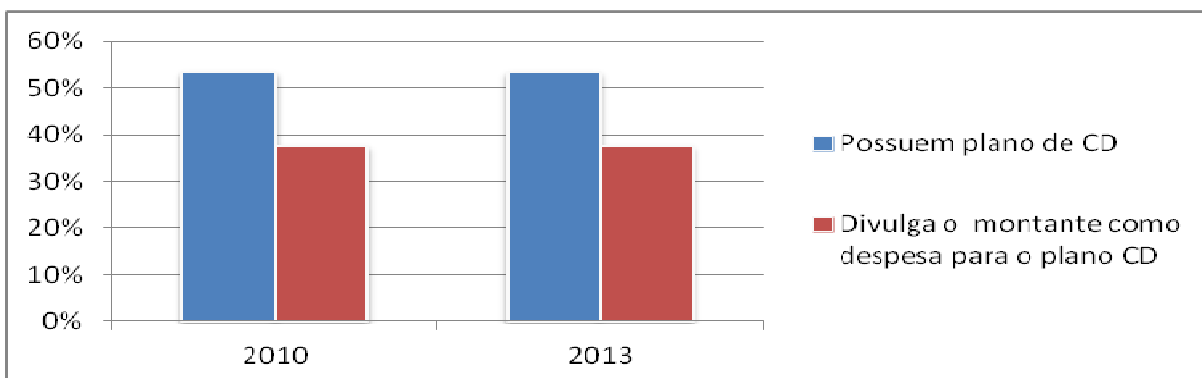
Por fim, a escassez de publicações anteriores sobre o tema específico é grande limitante para esta pesquisa. Apesar de haverem publicações sobre outros tipos de CPC's, é pequena a base teórico-empírica em trabalhos específicos sobre o CPC 33 (benefícios à empregados), o que dificulta a comparação e a tomada de outros trabalhos como parâmetros para realização desta pesquisa. No entanto, a própria limitação de escassez de outros trabalhos, pode tornar-se uma oportunidade para realização de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de aprofundar conhecimentos sobre o tema, definir bases para novas teorias e suportar a criação de hipóteses, possíveis norteadoras de pesquisas futuras.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados realizada no presente trabalho tiveram como referência os dados coletados, organizados e tabulados, oriundos da pesquisa em bases de dados secundários. À luz da teoria selecionada, os quais foram analisados, comparando com outros estudos empíricos, bem como na comparação entre os dois períodos selecionadas. Os critérios empregados para esta análise se pautaram nos elementos constitutivos do CPC 33, em específico os itens e subitens extraídos deste.

4.1 Análise dos dados

Conforme pode ser observado na análise dos dados quanto aos aspectos gerais, alguns destaques chamaram a atenção para aprofundamento deste estudo. No gráfico 1, que trata dos planos de contribuição definida (CD).

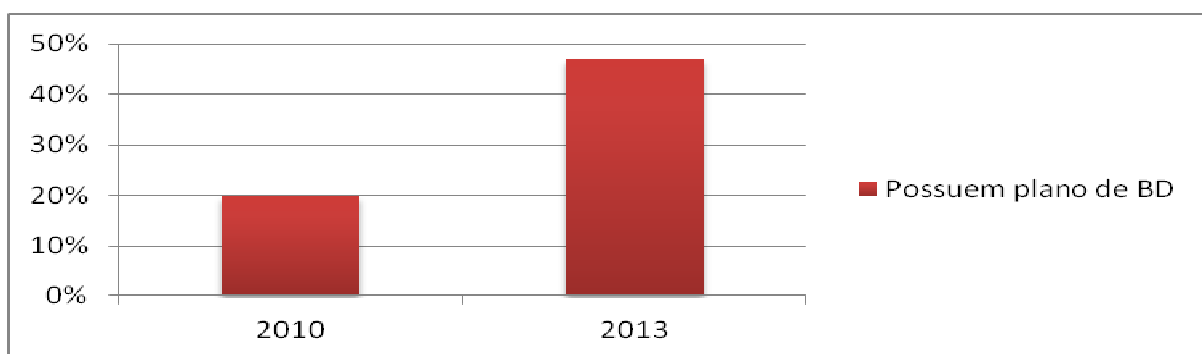


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Gráfico 1 – Divulgação do Plano de CD e montante reconhecido como despesa

Pôde-se constatar que no ano de 2010 de 15 empresas analisadas 53% divulgaram que possuem plano de CD. Destas que possuem o plano de CD 38% publicam o montante reconhecido como despesas para o plano de CD. Da mesma forma, quando analisado o ano de 2013 conforme demonstrado, notou-se que das mesmas 15 empresas analisadas permaneceu o mesmo percentual das que continuam afirmar possui planos de CD, bem como no que se refere a publicação do montante reconhecido como despesas para o plano de CD, respectivamente, 53% e 38%.

Quanto aos planos de benefício definido (BD) pode-se observar no gráfico 2 que no ano de 2010, 20% das empresas analisadas afirmaram divulgar o plano de BD. Já no de 2013 o percentual aumentou para 47%.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Gráfico 2 - Empresas que possuem Plano de BD

Tanto no ano de 2010 como em 2013, observamos que quanto à divulgação das

características do plano, 100% das empresas analisadas publicam sobre a natureza dos benefícios do plano e a descrição da estrutura regulatória. Quanto a descrição das responsabilidades de qualquer outra entidade pela governança do plano, observou-se que enquanto no ano de 2010 ocorreu a taxa de 100% de divulgação, no ano de 2013 caiu para 57%. O subitem que trata da descrição de alterações, reduções e liquidações do plano, que em 2010 não apresentou incidência, em 2013 por sua vez, registrou 29% de ocorrência.

Divulga informações sobre as características de seus planos BD quanto a:	2010	2013
Natureza dos benefícios do plano	100%	100%
Descrição da estrutura regulatória	100%	100%
Descrição das responsabilidades de qualquer outra entidade pela governança do plano.	100%	57%
Descreve alterações, reduções e liquidações do plano?	0%	29%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 1: Divulgação sobre informações e características do plano de BD

Quanto ao subitem da explicação de valores da demonstração contábil, observou-se que tanto no que se refere à apresentação das conciliações separadas, para ativo do plano e para o valor presente da obrigação de BD, o percentual é de 67% foi registrado em 2010. Já em 2013, estas mesmas subvariáveis apresentaram respectivamente o percentual de 29% e 43%.

Explicação de valores da demonstrações contábeis	2010	2013
Apresenta conciliações separadas para ativo do plano?	67%	29%
Apresenta conciliações separadas para o valor presente da obrigação do BD?	67%	43%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 2: Explicação de valores da demonstrações contábeis

Quanto à conciliação ainda, no que se refere ao saldo de abertura e o saldo de fechamento destas variáveis, 33% divulgaram receitas e despesas de juros no ano de 2010, enquanto em 2013 subiu para 43%. Destaca-se que, diferentemente de 2010, onde não se apresentou incidência do item 'custo do serviço corrente', em 2013 esse índice registrou 29%.

No que se refere à remensuração do valor líquido de passivo (ativo) do plano BD líquido e sua apresentação separadamente, no ano de 2010, 67% das empresas que divulgam plano de BD divulgam o item retorno sobre os ativos do plano, com exceção das receitas e

despesas de juros, mesmo percentual das contribuições efetuadas para o plano pelo empregador e pelos assistentes. Destaca-se que a queda brusca nestes quesitos quando analisamos o ano de 2013, chegando esse índice a 29%. Comparativamente a 2010, onde não houve registro nos subitens ganhos e perdas decorrentes de mudanças financeiras e pagamento do plano, separando o montante referente a liquidações, no ano de 2013, estes registraram o percentual de 29%.

Quanto a conciliação entre o saldo de abertura e o saldo do fechamento dos itens acima a empresa apresenta:	2010	2013
Custo do serviço corrente;	0%	29%
Receita e despesas de juros;	33%	43%
Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de BD líquido apresentado separadamente:		
Retorno sobre os ativos do plano, exceto o item (b);	67%	29%
Ganhos e perdas decorrentes de mudanças financeiras;	0%	29%
Contribuições efetuadas para o plano, pelo empregador e pelos participantes;	67%	29%
Pagamentos do plano, separando o montante referente a liquidações;	0%	29%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 3: Divulgação da conciliação entre o saldo de abertura e o saldo do fechamento

No item que se refere ao grau de detalhamento das informações do ativo, tanto no ano de 2010 como 2013, 100% das empresas em análise apresentaram o subitem caixas e equivalentes de caixa. Já quanto a divulgação do valor justo dos instrumentos de sua própria emissão como ativos do plano, no ano de 2010 registramos a ocorrência em 33% das empresas pesquisadas. Chama atenção a elevação em 10% deste subitem, chegando aos 43% no ano de 2013. Em relação ao item das premissas atuariais significativas empregadas para determinar o valor presente para obrigação de BD, 67% foi o índice encontrado no ano de 2010. Destacamos a queda de 10% para o ano 2013, chegando ao patamar de 57%.

Grau de detalhamento das informações do ativo:	2010	2013
Caixas e equivalentes de caixa;	100%	100%
Divulga o valor justo dos instrumentos financeiros de sua própria emissão como ativos do plano?	33%	43%
Divulga as premissas atuariais significativas empregadas para determinar o valor presente da obrigação de BD?	67%	57%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 4: Divulgação quanto ao grau de conciliação entre o saldo de abertura e o saldo do fechamento

No item ‘montante, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros’, em 2010, dos 7 subitens de divulgação apenas 1 apresentou ocorrência, o que chamou a atenção dos pesquisadores. Este subitem, que trata das mudanças dos métodos e premissas utilizadas na elaboração das análises dos dados em relação ao período anterior, apresentou 33% de ocorrência, sendo que apresentou queda para o ano de 2013, atingindo 29%. No ano de 2010, não foram encontrados registros para as subvariáveis ‘análise de sensibilidade para cada premissa atuarial’ e ‘métodos e premissas da análise de sensibilidade e suas limitações’, diferentemente de 2013, quando tais subvariáveis apresentaram respectivamente 29% e 14%.

Montante, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros	2010	2013
Divulga no período final das demonstrações contábeis uma análise de sensibilidade para cada premissa atuarial significativa?	0%	29%
Divulga os métodos e as premissas utilizados na elaboração das análises de sensibilidade exigidas e suas limitações?	0%	14%
Divulga mudanças nos métodos e premissas utilizados na elaboração das análises bem como as razões das mudanças em relação ao período anterior?	33%	29%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 5: Divulgação do montante, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros

Os itens ‘planos multiempregadores’, ‘planos de BD que compartilham riscos entre várias entidades sobre controle comum’ e ‘requisitos de divulgação em outros pronunciamentos’ não apresentaram ocorrência no período analisado, ou seja, o ano de 2010. Já em 2013, os dois primeiros mantiveram sua não ocorrência, sendo, no entanto, registrado no item ‘requisitos de divulgação em outros pronunciamentos’ a incidência na taxa de 14% nos subitens que se referem ao atendimento das exigências do CPC 5, quando cabíveis, a divulgação de transações com partes relacionadas com planos de BD pós-emprego e a divulgação de benefícios pós-emprego para o pessoal chave da administração.

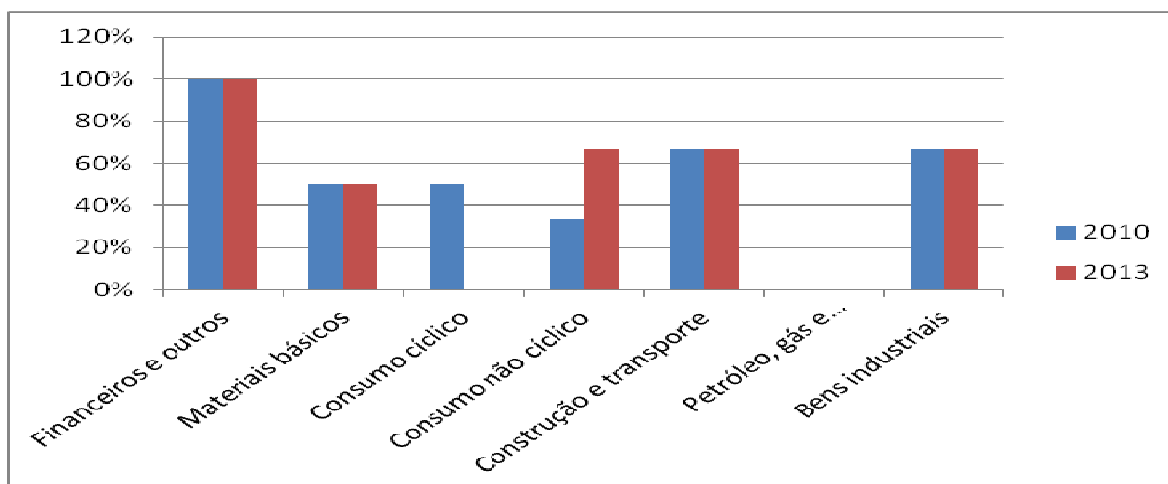
Requisitos de divulgação em outros pronunciamentos	2010	2013
Atendendo exigência do CPC 5, quando cabível, a entidade divulga transações com partes relacionadas com planos de benefícios pós-emprego?	0%	14%
Atendendo exigência do CPC 5, quando cabível, a entidade divulga benefícios pós-emprego para o pessoal-chave da administração?	0%	14%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Tabela 6: Divulgação dos requisitos de divulgação em outros pronunciamentos

4.2 Análise setorial: cd e bd

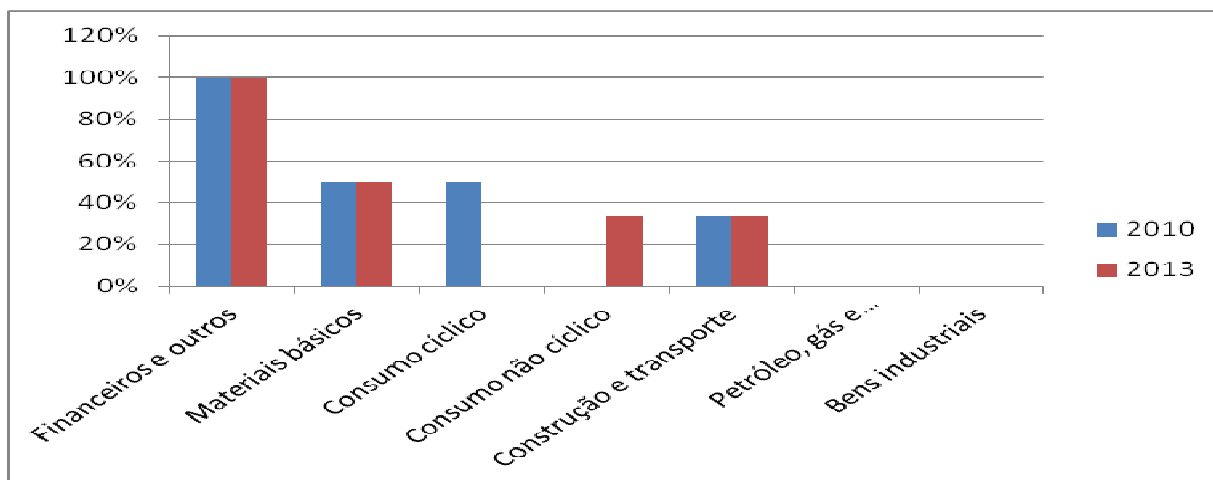
No subitem que questiona se a empresa possui planos de CD, observamos as seguintes ocorrências quando comparamos os anos de 2010 e 2013, respectivamente, conforme pode ser especificamente detalhado no gráfico 3, conforme a distribuição dos casos estudados por setores: i) financeiro e outros: 100%; 100% ii) materiais básicos: 50%; 50% iii) consumo cíclico: 50%; 0% iv) consumo não cíclico: 33,33%; 66,67% v) construção e transporte: 66,67%; 66,67% vi) Petróleo, gás e biocombustíveis: 0%; 0%, e vii) bens industriais: 66,67%; 66,67%.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Gráfico 3 – Empresas que possuem Plano de BD

Quanto a divulgação do montante reconhecido como despesa para o plano CD, analisando os anos de 2010 e 2013 e os respectivos setores, com base no gráfico 4, respectivamente chegamos as seguintes considerações: i) financeiro e outros: 100%; 100% ii) materiais básicos: 50%; 50% iii) consumo cíclico: 50%; 0% iv) consumo não cíclico: 0,0% e 33,33%; v) construção e transporte: 33,33%; 33,33% vi) Petróleo, gás e biocombustíveis: 0%; 0% vii) bens industriais: 0%; 0%.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Gráfico 4 – Divulgação do montante reconhecido como despesa para o Plano CD

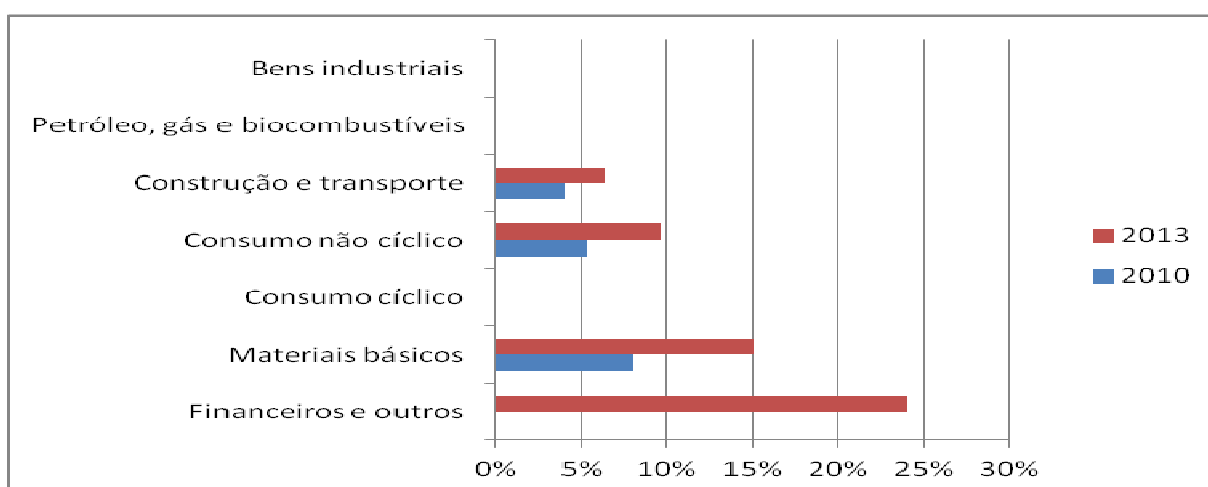
Pode-se observar que os percentuais tenderam a manutenção no horizonte de tempo analisado (2010 a 2013), com exceção dos setores de consumo cíclico, com queda de 50% para zero neste período, setor de consumo não cíclico, com aumento de 33,33% para 66,67%, sem esquecer-se de destacar a manutenção com zero percentual do setor de Petróleo, gás e biocombustíveis.

Nas análises setoriais de BD, podem-se constatar algumas importantes considerações, que serão destacadas nesta análise. Chama atenção a inexistência de informações publicadas, tanto no ano de 2010 como em 2013, referente aos setores de petróleo, gás e combustíveis, consumo cíclico e de bens industriais. Tal inexistência de publicação se refere naturalmente ao fato de nenhuma destas empresas possuírem plano de BD.

No setor financeiro e outros, constatou-se em 2010 nenhuma empresa da amostra selecionada possuía plano BD, sendo que em 2013, 100% possuíam. No setor de materiais básicos, constatou-se que 50% das empresas possuíam plano BD, e em 2013, este número chegou a 100%. Nos setores de consumo não cíclico e construção e transporte, observou-se que em 2010 o percentual atingido foi de 33,3%, atingindo 66,7% de divulgação em 2013.

Destacam-se no material de análise que algumas informações merecem maior atenção. Efetuamos um comparativo geral entre os anos de 2010 e 2013, efetuando a proporção de subitens de divulgação do CPC 33 divulgados em relação ao total destes. Conforme

observado no gráfico 5 foi possível se constatar algumas informações relevantes: i) financeiro e outros: 2010 (0%), 2013 (24%); ii) materiais básicos: 2010 (8%), 2013 (15%); iii) consumo cíclico: (não houve divulgação); iv) consumo não cíclico: 2010 (5,33%), 2013, (9,67 %); v) construção e transporte: 2010 (4%), 2013 (6,33%); vi) Petróleo, gás e biocombustíveis: (não houve divulgação); vii) bens industriais: (não houve divulgação).



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Gráfico 5 – Análise comparativa entre setores selecionados (2010 e 2013)

De forma analítica, pode-se observar que, em que pese não haver divulgação em nenhum dos períodos analisados em três dos sete setores analisados, nos demais setores nota-se que houve crescimento na divulgação das informações em relação aos Planos de Benefícios Definidos do CPC 33, nos referidos anos analisados. Tal fato, além de demonstrar uma possível preocupação das empresas em divulgar informações pertinentes aos stakeholders, revela principalmente que a obrigatoriedade das empresas pertencentes ao novo mercado em divulgar tais informações a partir do ano de 2013, pela institucionalização desta prática, levou a esse crescimento das informações publicadas.

5 Considerações finais

Como questionamento central deste artigo destaca-se que o mesmo teve como inquietação discutir *Qual é o grau de evidenciação das informações relativas ao CPC 33 (Benefícios a empregados) das empresas listadas na BM&FBOVESPA?* Considerando o presente problema de pesquisa, foi traçado como objetivo da mesma *Investigar o grau de cumprimento de evidenciações recomendadas no CPC 33 junto às empresas listadas na BM&FBOVESPA.*

Metodologicamente, foi realizado um levantamento de 15 empresas listadas no novo mercado, comparando os anos de 2010 e 2013. A análise e discussão dos resultados se pautaram nos dados coletados, organizados e tabulados, oriundos da pesquisa em bases de dados secundários. Com base na teoria selecionada, bem como na comparação com outros estudos empíricos, os critérios empregados para esta análise se pautaram nos elementos constitutivos do CPC 33.

Uma das principais contribuições desta pesquisa foi realizar um estudo teórico-empírico, focando o grau de cumprimento do CPC 33 pelas empresas listadas no 'Novo Mercado' da BM&FBOVESPA. Por tratar-se de tema relativamente novo, já que o CPC 33 foi emitido em 2009, este artigo se configura como em tema pouco discutido tanto no meio acadêmico quando no âmbito profissional, o que confere um caráter inovador à pesquisa em contabilidade, uma contribuição particular desta pesquisa.

Destaca-se entre os achados desta pesquisa que no ano de 2010 e 2013 permaneceram os percentuais respectivos de 53% e 38% de divulgação do plano de CD e montante reconhecido como despesa para o plano de CD. Já quanto ao BD, observou-se um considerável aumento, de 20% em 2010 para 47% em 2013, no que se refere às empresas que afirmam possuírem plano de BD.

Quanto à análise setorial, quanto ao CD, o setor financeiro e outros foi evidenciado por 100% das empresas analisadas tanto no ano de 2010 quanto em 2013, enquanto que as empresas do setor de Petróleo, gás e biocombustíveis não evidenciaram a informação em nenhum dos períodos analisados; já quanto ao BD notou-se que em 2010 nenhuma empresa

do setor financeiro declarava possuir o plano, aumentando para 100% para 2013; no setor de materiais básicos houve um aumento de 50% e no setor de consumo não cíclico e construção e transporte, observou-se aumento de 33,3%, de 2010 para 2013.

Ainda quanto à análise setorial, considerando todos os itens do CPC 33 selecionados para esta pesquisa, observou-se que quanto à divulgação tanto do CD quanto do BD, nos setores: financeiro e outros, materiais básicos, consumo não cíclico e construção e transporte houve aumento na divulgação entre os anos de 2010 e 2013. Em contrapartida, nos setores de bens industriais, petróleo, gás e combustíveis e consumo cíclico não houve divulgação. Tal fato, além de demonstrar uma possível preocupação das empresas em divulgar informações pertinentes aos *stakeholders*, revela principalmente que a obrigatoriedade das empresas pertencentes ao novo mercado em divulgar tais informações a partir do ano de 2013, pela institucionalização desta prática, levou a esse crescimento das informações publicadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. F. et. al. Governança Corporativa e divulgação de relatórios financeiros anuais. *Revista Contabilidade Vista e Revista*. v. 19. n. 1 p. 61-82, jan/mar. 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós -graduação: noções práticas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 ,2006.

BMFBOVESPA. **NOVO MERCADO**. Disponível em <<<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?Idioma=pt-br>>>. Acesso em maio de 2014.

BORGETH, V. M. da C. **SOX entendendo a lei Sarbanes-Oxley**. São Paulo: Thompson, 2007.

CARNEIRO, A. R. A. Governança Corporativa em empresas brasileiras como determinante da evidenciação de benefícios a empregados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 157-178, jan/abr. 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <<<http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc>>>. Acesso em Agosto de 2014.

GARCIA, F. A. 2005. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/_ie_ufrj_cvm/Felix%20Arthur_C_Azevedo_Garcia.pdf>>. Acesso em Agosto de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, Mai/Jun 1995.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas contábeis, atuariais e financeiras. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as empresas de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2004.

LANZANA, A. P. et. al. Existe relação entre disclosure e governança corporativa no Brasil? In: EnANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30.,2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

LOPES, A. B. MARTINS, E. Teoria da Contabilidade : uma nova abordagem, São Paulo: Atlas 2005.

MAPURUNGA, P. V. R. et. al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 263-278, set/out/nov/dez 2011.

MARCONI, M. D. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. D. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção a saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim . **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA E ROBLES JUNIOR – CITAR CORRETAMENTE – Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n48/v19n48a10.pdf>>. Acesso em agosto de 2014.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios em Administração**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, E. **A governança corporativa no setor público municipal** – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. 2010. 120 f.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.